



Que papel pode ter Portugal no Mercado Único Digital

O país tem poucas pessoas qualificadas a trabalhar em Bruxelas e em Estrasburgo para defender os interesses de Portugal

Claudia Sargento | claudiasargento@revistas.cofina.pt

Tendo em conta as linhas estratégicas traçadas pela Comissão Juncker, o *Semana Informática* quis saber a opinião de quem está ligado à área do Direito. Daniel Reis, coordenador da área de TMT da PLMJ, explicou-nos que não será fácil harmonizar 28 quadros regulamentares em diferentes áreas como direitos de autor, telecomunicações ou segurança das tecnologias de informação. Diz este responsável que «o processo legislativo comunitário é necessariamente moroso e complicado, por causa do elevado número de Estados-membros e das regras inerentes a este processo». E Daniel Reis deixa um exemplo: «O projecto de Regulamento sobre Dados Pessoais, uma iniciativa que começou a ser preparada há cinco anos e que ainda não sabemos se vai ser aprovada.»

Por seu turno, Catarina Mascarenhas, associada sénior da Vieira de Almeida (VdA), acredita que a harmonização europeia se revela «útil e benéfica». Diz esta responsável que este é mais um novo desafio, tanto para a União Europeia, como para a economia global sendo que nesta matéria, o movimento de harmonização europeia tem sido evolutivo mas crucial na aproximação das legislações nacionais. Catarina Mascarenhas diz ser, no entanto, importante que um quadro comum em qualquer área «considere o necessário equilíbrio que deve ser calculado em cada momento entre, por um lado, os interesses dos operadores económicos, autores e consumidores e, por outro lado, a promoção da economia digital como um mercado seguro e transparente». Esta responsável acredita ainda que o grande desafio será a articulação entre o quadro europeu e o quadro internacional, atendendo à dicotomia entre o mercado



Getty Images

«Qualquer iniciativa que abra ou facilite a entrada em mercados novos (para as empresas portuguesas) será sempre benéfica.» Daniel Reis, PLMJ

interno e o mercado global.

Assim sendo, por onde deveria afinal a comissão começar o seu trabalho? O responsável da PLMJ considera que o ideal seria começar por identificar os principais obstáculos para a existência de um verdadeiro mercado único à escala europeia e centrar aí os seus objectivos, ou seja, não ser demasiado ambicioso. Daniel Reis recorda que «a economia digital e o comércio existem embora a componente transfronteiriça destas realidades continue a ser muito reduzida». Diz o mesmo responsável que as diferenças ao nível fiscal entre os Estados-membros e a falta de confiança dos consumidores causada pela inadequação dos mecanismos de resolução de conflitos são, na sua opinião, «os aspectos mais importantes».

Já Magda Cocco, sócia da VdA, explica que a Comissão tem vindo a proceder à harmonização destes sectores de forma paralela, ainda que nem sempre de modo coordenado, com maior incidência e de forma mais célere no sector das comunicações electrónicas, causando, por vezes, algumas distorções que depois se reflectem nas legislações nacionais. Assim sendo, «importa que estas áreas sejam compreendidas em conjunto, sem que tal signifique necessariamente regulação ou intervenção adicional». O trabalho deve ter sempre em perspectiva o estabelecimento de um quadro transfronteiriço e transectorial, atendendo naturalmente às especificidades de cada sector, diz ainda a mesma sócia da VdA.

Relativamente ao papel que Portugal poderá vir a desempenhar em todo este processo, Daniel Reis recorda que temos uma boa experiência em matéria de tecnologia, mas não uma boa experiência ao nível político e na capacidade de influenciar o processo legislativo comunitário.

QUE PAPEL DEVEMOS TER?

O facto de Portugal ser um país pequeno é um factor relevante, «mas não explica tudo». O coordenador da área de TMT da PLMJ considera que «temos poucas pessoas qualificadas – tanto do Estado como das empresas (em associações e grupos de pressão) – a trabalhar em Bruxelas e em Estrasburgo para defender os interesses de Portugal». De qualquer forma, uma harmonização das regras poderá beneficiar Portugal: «Qualquer iniciativa que abra ou facilite a entrada em mercados novos (para as empresas portuguesas) será sempre benéfica.»

Do lado da Vieira de Almeida, Magda Cocco lembra que Portugal tem vindo a desenvolver e a afirmar-se no mercado internacional como um país de aposta na inovação tecnológica, em particular em sectores de nicho, como é o caso do aeroespacial, nanotecnologia, sistemas de pagamento e em toda a área da mobilidade. Deste modo, «os seus contributos e intervenção poderão ser um passo importante não só no desenvolvimento interno, como na afirmação de Portugal enquanto pólo e referência de inovação nesta matéria», refere.

Relativamente à harmonização das regras, Magda Cocco acredita que esta «beneficia a UE e, nesse sentido, também beneficia Portugal, permitindo a dotação de mecanismos e instrumentos de concretização do mercado interno e reforçando a competitividade internacional saudável». ▀